

## DOSSIÊ TEMÁTICO

### Participação política LGBTI+ no Brasil: passado, presente e projetos de futuro

**Cleyton Feitosa<sup>1</sup>**  
**Silvia Aguião<sup>2</sup>**  
**Vinícius Zanoli<sup>3</sup>**

As primeiras organizações políticas registradas pela literatura do que chamamos atualmente de Movimento LGBTI+<sup>4</sup> tiveram início no Brasil em meio ao período conhecido como abertura política, ainda durante a ditadura civil-militar. De 1978 até hoje, essa forma de ação coletiva passou por uma série de transformações, muitas delas, em resposta às mudanças no contexto político brasileiro nacional, bem como em contextos regionais e locais.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política (IPOL/UnB), Mestre em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE) e Licenciado em Pedagogia (UFPE/CAA). Membro do Grupo de Pesquisa Resocie - Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (CNPq).

<sup>2</sup> Antropóloga, Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ) e Doutora em Ciências Sociais (Unicamp). Pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ) e do AFRO – Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial (AFRO/CEBRAP)

<sup>3</sup> Antropólogo, Mestre em Antropologia Social e Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Pesquisador no Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade Livre de Berlim (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin) e pesquisador associado no Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

<sup>4</sup> Optamos pelo formato LGBTI+ por ser o que mais tem sido utilizado neste momento, no entanto sabemos que a configuração da sigla e as letras que a compõem são fruto de um processo contínuo de disputas e (re)organização desse campo político e social. Neste mesmo dossiê, diferentes artigos utilizam diferentes formatos de sigla para se referir à coletividade de sujeitos aglutinados por identificações não-normativas de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Para uma leitura mais recente desses processos, ver Facchini (2020).

Há alguns anos, acompanhamos a formação desse campo político e também acadêmico. Partindo de variados recortes e perspectivas teóricas e abarcando diferentes períodos, buscamos refletir sobre os processos e disputas que compõem a afirmação da cidadania LGBTI+ (Aguião, 2020; Feitosa, 2017; Zanolli, 2020). É também nesse quadro mais amplo, que as reflexões críticas presentes nos artigos que compõem este dossiê se inserem. Com foco nas complexas interfaces entre a sociedade civil e Estado, bem como outros modos de fazer política que reconfiguram essas relações, o dossiê abarca uma variedade de trabalhos, sob diferentes abordagens teóricas e metodológicas, incluindo leituras históricas. Nesse sentido, nosso objetivo foi discutir experiências passadas e presentes, bem como projetos de futuro.

Os artigos aqui apresentados têm como objeto de estudo dinâmicas institucionais, extra-institucionais, não-institucionais e a interação entre elas na busca pela efetivação, ampliação e/ou manutenção de direitos. Além disso, são expostas reflexões sobre diferentes formas de combate à LGBTIfobia, que extrapolam a esfera formal do direito e das interlocuções com o Estado. Compreendemos dinâmicas institucionais como distintos processos desenvolvidos no seio das instituições democráticas, tais como nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em âmbito municipal, estadual e federal. Quando falamos em dinâmicas extra-institucionais, nos referimos à sociedade civil e sua heterogênea organização e ação coletiva visando a transformação ou perturbação de ordens assimétricas, opressoras e violentas. Já as dinâmicas não-institucionais são todas aquelas formas de atuação ativista que têm sido pouco trabalhadas pelos estudos de movimentos sociais, como os artivismos e as intervenções artístico-culturais de cunho político, as relações entre “distintos” movimentos sociais, além de formas de fazer política que contestam ou repensam os modelos políticos tradicionais de interação entre o que tem sido chamado de “sociedade civil” e “Estado”. A interação entre essas esferas é entendida aqui enquanto os modos pelos quais essas distintas práticas políticas podem se intersectar e se relacionar no

dia-a-dia da atuação ativista.

O dossiê conta com trabalhos das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e de outras disciplinas da grande área das Ciências Humanas. Na avaliação e inclusão dos artigos, buscamos também dar conta da variedade de realidades regionais e, sempre que possível, abarcar a variedade de experiências que conformam o Movimento LGBTI+, evidenciando que a produção brasileira sobre o movimento vai além do eixo Rio-São Paulo.

O artigo de abertura, *“Entre inexistências e invisibilidades: a agência sociopolítica de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil (1979-2020)”* de Maria Clara Araújo dos Passos e Carla Cristina Garcia, apresenta contribuição fundamental ao trazer a atuação política de travestis e mulheres trans negras para o centro da cena política LGBTI+. As autoras promovem uma leitura da trajetória do debate sociopolítico de travestis e mulheres transexuais negras, evidenciando o seu protagonismo nesse campo de disputas políticas, entre outros aspectos que muitas vezes são apresentados apenas como pano de fundo nas produções do/sobre o movimento LGBTI+. Além disso, o artigo encara a relevância da intersecção entre raça, gênero e sexualidade em percursos de experiência e ação política.

O texto seguinte, de Rafael Carrano Lélis, *“Despatologização, Ética Jornalística e Constituinte: Elementos da articulação política do MHB na luta pela cidadania sexual na década de 1980”*, discute articulações inéditas na luta do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) na Constituinte. O enfoque recai sobre iniciativas do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB): a busca pela despatologização da homossexualidade; o empenho pela inclusão da não discriminação com base em orientação sexual no Código de Ética do Jornalista (CEJ); e a iniciativa para inscrever a mesma proteção contra discriminação na Constituição de 1988. Trabalhando com o mesmo período, porém por outro recorte, Maria Clara Brito Gama se dedica a pensar esse último ponto em *“O Movimento Homossexual Brasileiro na*

*Assembleia Nacional Constituinte*”. Além de examinar as diferentes posições parlamentares, ressaltando o machismo que incide sobre homossexuais e mulheres, os conflitos entre identidades que constituem o movimento e as disputas entre concepções de homossexualidade, a autora argumenta que, apesar do insucesso da empreitada investigada, esse momento inaugura uma nova forma de atuar pautada na participação institucional do movimento homossexual.

Discutindo sobre o mesmo período, em *“Entrando na arena institucional: um estudo do movimento homossexual de Pernambuco na década de 1980”*, Émerson Santos percorre a trajetória do Grupo de Atuação Homossexual (GATHO) em Olinda. O artigo enfatiza as interações entre o movimento e esferas de Estado no período, trazendo contribuições valiosas para a memória e a reflexão a respeito da história do movimento LGBTI+ no Brasil para além do eixo sul-sudeste. Também procurando expandir a perspectiva sobre movimentos organizados nas mais diversas regiões do Brasil, o artigo de José Marcelo e Andrey Lemos apresenta um ensaio sobre o grupo Dialogay de Sergipe entre 1981 e 2003. *“O movimento LGBTI+ em Sergipe: os 40 anos do Grupo Dialogay de Sergipe”* acrescenta uma valiosa leitura sobre elementos históricos da trajetória dos movimentos sociais voltados para a diversidade sexual e de gênero no Brasil.

Já a trajetória do grupo Matizes, situado em Teresina, no Piauí, é o foco de *“A interseccionalidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina (PI): Trajetória do Grupo Matizes”*, escrito por Libni Milhomem Sousa, Ana Kelma Cunha Gallas e Olívia Cristina Perez. Ao recuperar tal trajetória, os autores argumentam que sempre houve uma preocupação interseccional no grupo, se referindo a discussões que remetem aos cruzamentos entre raça, gênero, sexualidade e classe. Ademais, demonstram a importância do grupo na criação de políticas públicas e no fomento a novos grupos em Teresina e outras regiões do Piauí. Ainda integrando o conjunto de trabalhos que se voltam para a região Nordeste do país, o artigo *“João do Crato: resistência artista*

*entre as temporalidades distintas e tensões contínuas*”, de Walisson Araújo, traz uma instigante leitura sobre possibilidades de resistência e enfrentamento às normatividades de gênero e sexualidade desde uma cartografia tecida junto a um artista da região do Cariri, no Ceará.

Nos deslocando para a região sudeste, temos dois trabalhos que pensam os desafios e atores envolvidos em distintas formas de ativismo político que constroem o que, baseados nas discussões da cientista política Sonia Alvarez (2014), denominamos de “campo discursivo de ação” LGBTI+, bem como suas diversas variações. As Paradas do Orgulho se constituíram como um dos principais repertórios de ação do Movimento LGBTI+ brasileiro. Em seu trabalho, Paulo Roberto Zaidan Santos analisa as possibilidades, limites, formatos e contradições da participação de ativistas na organização da Parada de São Paulo, considerada uma das maiores do mundo. Em *“Participação popular na organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo”*, o autor tece reflexões críticas sobre a condução da entidade que organiza o evento (APOGLBT) e nos faz pensar sobre as disputas internas ao próprio movimento social, possibilitando um olhar para as diferenças e hierarquias decisórias no interior da militância LGBTI+. Não bastasse isso, ainda explora a interação entre a organização da Parada e o governo municipal de São Paulo.

Com foco na organização das Mães pela Diversidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Clara Cazarini desenvolve uma rica etnografia sobre atividades desenvolvidas por mães de LGBTI+ com a finalidade de promover o acolhimento e a aceitação por parte de outros pais e mães em relação a seus filhos e filhas. Em *“É aqui o acolhimento das mães?”: Acolhimento como ativismo no movimento Mães pela Diversidade de Belo Horizonte*”, de maneira cuidadosa e detalhada, a autora relata encontros organizados pelas Mães pela Diversidade, evidenciando as potencialidades da participação de não-LGBTI+ na luta pela diversidade sexual e de gênero. O trabalho nos faz refletir sobre a família como espaço de afetividades e de violências, sem romantizar as relações

parentais e as disputas sobre o seu significado na contemporaneidade. De fato, a rejeição e o abandono familiar ainda são parte da experiência de muitas LGBTI+ no Brasil.

O artigo “*Participação e direitos de sexualidade no Brasil: 10 anos de luta nos Tribunais... e ainda muitos à frente*” representa o interesse do dossiê por estudos e pesquisas também no Poder Judiciário, considerado por muitos o Poder menos refratário do Estado brasileiro às demandas da população LGBTI+, mas também um dos mais fechados à participação e ao controle social. De maneira competente, Luiz Ismael Pereira apresenta as conquistas do movimento na última década sem perder de vista os retrocessos em outros setores estatais e sua complexa heterogeneidade. Uma importante contribuição do autor é evidenciar que os ganhos jurídicos foram resultantes da participação social e do ativismo nesse campo e não de “evoluções” naturais dessas instituições e de seus representantes.

Ao abordar o assassinato de travestis e transexuais no Brasil, Francisco Rivelino Oliveira Nascimento e Thelma Maria Grisi Velôso apontam para a conformação de uma transnecropolítica a partir da ideia de abjeção. Em “*Transnecropolítica e abjeção: contestação dos direitos da população trans no Brasil contemporâneo*”, partindo de análise documental e revisão de literatura e aplicando uma abordagem pós-estruturalista, os autores demonstram a existência de uma engenharia social e política que atinge os corpos e as vidas de travestis, mulheres trans e transgêneros.

Costuma-se pensar que os governos ditatoriais são os únicos regimes caracterizados por infligir medo e terror à população governada. No caso brasileiro, as eleições presidenciais de 2018 mostraram que o medo também pode ser um sentimento estimulado em contextos democráticos. É o que aponta a pesquisa “*E agora como vai ser?*”: *As eleições de 2018 e os reflexos biopsicossociais na população LGBT+*”. Nela, João Caio, Paulo de Tarso, Brenna Galtierrez, Elaine Ferreira, Liana Maria, Gorge André e Marcos Renato demonstram o quanto a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro

afetou a população LGBTI+ e amedrontou minorias sociais e políticas. Não por acaso, afinal aquela foi uma campanha marcada por discursos de ódio, difusão de *fake news*, perseguição jurídico-política contra membros da esquerda ideológica e violências políticas diversas (com destaque para o assassinato de Marielle Franco). Esse cenário aponta para os desafios da construção democrática brasileira e para os limites que cercam os processos eleitorais e o exercício do direito ao voto.

O trabalho *“Neoconservadorismo e ofensivas antigênero no Brasil: a mobilização da ‘Ideologia de Gênero’ e a produção de LGBTifobias no Governo Bolsonaro”* de autoria de Elder Luan Santos Silva dialoga bem com a dimensão do presente proposto no dossiê e aborda a difusão de pânicos morais promovidos pelo Governo Bolsonaro, elucidando que determinados grupos políticos e governos podem favorecer ou prejudicar a luta pela diversidade sexual e de gênero. Esse aspecto é importante porque implicitamente “chama” a população LGBTI+ à responsabilidade pela escolha do seu governante e revela a importância da participação eleitoral, mesmo com seus limites. O autor foca na categoria “ideologia de gênero”, pânico moral que já se constitui numa agenda de pesquisa com profícua produção acadêmica brasileira em face da hiper-exploração mobilizada pelos setores conservadores. Trata-se, portanto, de mais uma contribuição no momento em que a população LGBTI+, e em especial do campo da Educação, vem sendo perseguida e atacada por essa invenção reacionária e LGBTifóbica.

Em *“Avaliação da Política Sexual para a População LGBTQIA+: Entre percepções de sujeito/as e ações do estado”*, Marcelo Natividade, Alcides Fernando Gussi, Caiala Mariana Quixadá Monteiro e Bruno Alves de Sousa apresentam resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Observatório Nacional da Política LGBT, da Universidade Federal do Ceará, com o objetivo de avaliar mudanças nas políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil e com enfoque nos avanços, retrocessos dessas políticas. O artigo busca ressaltar, por um lado, o desmonte

dessas políticas por parte do governo Bolsonaro e, por outro, o avanço na conquista de alguns direitos por meio de incidência política no Judiciário.

Já em “*O caso golden shower no carnaval brasileiro de 2019: discussões sobre sexo, sexualidade e população LGBT+ no Twitter*”, Ettore Stefani de Medeiros e Juarez Guimarães Dias se debruçam sobre a repercussão no twitter de um episódio de compartilhamento de supostas imagens pornográficas pelo presidente Bolsonaro, que ficou conhecido como “caso Goden Shower”. A argumentação explora as disputas políticas que se forjam em torno de controvérsias envolvendo gênero e sexualidade e também sobre os modos como pânicos morais em torno de determinadas figurações são particularmente acionados em momentos de tensionamento político, como o da virada conservadora observada no país nos últimos anos.

Passando para o trabalho “*Os dilemas da representação política LGBTI+ - notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil*” de Pedro Barbabela dá seguimento aos importantes estudos sobre candidaturas de LGBTI+ no Brasil do começo do Século XXI. Seu estudo demonstra que cada vez mais este segmento vem sendo eleito e tem ocupado espaços de poder, ainda que enfrentando inúmeras barreiras sociais e institucionais. O estudo contribui para a análise dos múltiplos repertórios do Movimento LGBTI+ que, desde a redemocratização brasileira, vem apostando também na política institucional como importante arena de transformação social. Seu estudo representa ainda os esforços de diferentes pesquisadores e pesquisadoras em agendar a temática da diversidade sexual e de gênero na Ciência Política brasileira.

Por fim, gostaríamos de agradecer todas as submissões feitas para o nosso dossiê. Surpreendentemente, recebemos mais de 30 trabalhos sobre o tema da participação política de LGBTI+ no Brasil, demonstrando a potência desse campo de estudos e da prática política do movimento no cotidiano do país. Por razões de espaço na edição e de prazo para correções, alguns não puderam ser publicados nesse momento, mas fazemos votos de que sejam publicados em breve, aqui ou em outro

espaço editorial.

Somos gratos também aos Editores da REBEH que nos deram valioso suporte técnico e compreensivo para a organização do dossiê. Em nome de Bruna Irineu e Alexandre Bortolini, agradecemos a toda a equipe editorial pelo importante trabalho de divulgação científica das produções em gênero e sexualidade no país. Também deixamos um agradecimento especial a todos e todas pareceristas anônimos que realizaram olhares interdisciplinares externos, contribuindo significativamente para a seleção dos artigos e para a melhoria individual dos trabalhos e coletiva do dossiê.

A nossa expectativa é de divulgar essas produções e contribuir para o campo de estudos sobre a participação política, demonstrando a riqueza de experiências que emergem da população LGBTI+ e que agregam conhecimento a este grande campo, ao mesmo tempo em que o fortalece.

### Referências

- AGUIÃO, Silvia. “O processo contínuo de (re)fazer-se no Estado. Leitura de um ciclo da constituição da população LGBT(I+) no Brasil” In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. (orgs.) *Direitos em disputa - LGBTI+, Poder e diferença no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2020, v.1, p. 126-138.
- ALVAREZ, Sonia. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. *Cadernos Pagu*, n. 43, 2014, p. 13-56.
- FACCHINI, Regina. “De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos”. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. (orgs.) *Direitos em disputa - LGBTI+, Poder e diferença no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2020, v.1, p. 126-138.
- FEITOSA, Cleyton. *Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.
- ZANOLI, Vinicius. *Bradando contra todas as opressões! Ativismos LGBT, negros, popualres e periféricos em relação*. Salvador: Devires, 2020.